

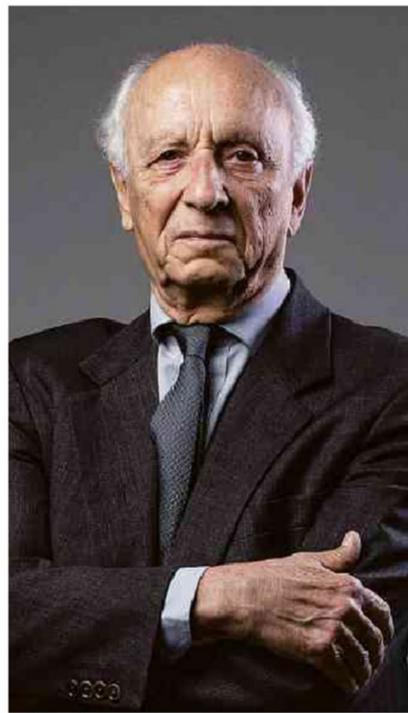
semináriosfolha retomada verde



Vivian Koblnsky

“O ideal é que o ESG esteja na cultura da empresa, seja na decisão de dar um crédito, de disponibilizar um investimento na plataforma ou no relacionamento com cliente

Marta Pinheiro
diretora ESG da XP Investimentos



Rogério Cassimiro

“A conclusão hoje é de que precisamos ir muito além das metas do Acordo de Paris. Cada país tem que rever e ampliar as suas contribuições num sentido mais ambicioso

Rubens Ricupero
diplomata, ex-embaixador e ex-ministro do Meio Ambiente e da Fazenda



“Os bancos de desenvolvimento precisam estar na vanguarda, apoiando a transição energética e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas

Sergio Gusmano
Suchodolski
presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais



Fotos Divulgação

“Para que as empresas tenham credibilidade no longo prazo, é fundamental demonstrar planejamento e alinhamento com os compromissos climáticos

Thatyanne Gasparotto
diretora da Climate Bonds Initiative para América Latina

Questão ambiental é chave para competitividade do país

Sustentabilidade deve ser encarada como vantagem, dizem especialistas

Mayara Paixão

GUARULHOS Não um elemento adicional, mas um ingrediente indispensável da receita. Esse é o papel que a questão ambiental precisa assumir na política econômica brasileira do futuro se o país quiser recuperar vantagens competitivas.

A associação, feita pelo embaixador e ex-ministro do Meio Ambiente e da Fazenda Rubens Ricupero, resume o desafio de uma nação que tem extensa lista de vantagens, mas precisa realinhá-la aos objetivos econômicos.

A tarefa já tem meio caminho andado em razão do currículo brasileiro. Matriz energética consideravelmente renovável, uma das maiores reservas globais de biodiversidade e grande potencial de substituição do combustível fóssil pelo etanol de cana-de-açúcar estão no portfólio nacional.

Esses fatores podem ajudar o país a investir em metas mais ambiciosas de redução de gases do efeito estufa caso haja disposição política e econômica, explicou Ricupero durante o primeiro painel do webinar sobre retomada verde realizado pela Folha, com patrocínio da embaixada britânica no Brasil, na manhã de terça-feira (23).

Ele e os demais convidados afirmam que dois encontros internacionais marcados para este ano são oportunidade para o Brasil recuperar importância no combate à mudança climática. O primeiro é a Cúpula do Clima, encon-

tro que os EUA planejam promover em 22 de abril. O segundo, ainda maior, é a COP-26 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), marcada para novembro.

Os dois espaços, onde estarão presentes líderes de todo o mundo, vêm com a expectativa de que as nações ampliem seus compromissos para mitigar o aumento da temperatura média terrestre, um assunto no qual o Brasil tem papel central, diz o embaixador britânico no Brasil, Peter Wilson, responsável pela fala de abertura do evento. Além de presidir a COP-26, o Reino Unido sediará o encontro.

“Pessoalmente, acredito que o Brasil é um dos que mais têm a ganhar à medida que o mundo caminha para uma economia de baixo carbono”, continua o diplomata. “Embora seja altamente importante, o desmatamento não é o único assunto que líderes europeus devem tratar com o Brasil.”

A necessidade de revisar as metas para um mercado mais sustentável cresce diante dos impactos globais da Covid-19. O fato de muitas nações estarem reconstruindo suas economias, que foram abaladas pela crise sanitária, reforça o debate sobre a estratégia do “build back better” (reconstruir melhor, em tradução livre). A ideia é que, se for para reconstruir algo, que seja para melhor, com mais sustentabilidade.

“A pandemia mostrou que precisamos de uma economia resiliente e que temos a

oportunidade de construir uma infraestrutura adequada a partir de agora, revendo nossos padrões de desenvolvimento”, explica Thatyanne Gasparotto, diretora da Climate Bonds Initiative para América Latina, organização que administra uma rede global de certificação de títulos verdes.

Um primeiro passo é ter uma estratégia de descomissionamento (processo no qual são encerradas as operações) de ativos que usam carbono intensivamente.

O Brasil, porém, parece caminhar a passos lentos nesse sentido. O embaixador Ricupero diz que os combustíveis fósseis, em vez de desencorajados, recebem subsídios em vários países, inclusive aqui.

“Todas as iniciativas do governo de intervir na Petrobras para evitar que os preços da gasolina ou do diesel reflitam a realidade dos custos internacionais são, na verdade, subsídios pagos para favorecer um consumo maior dos combustíveis fósseis.”

Segundo Gasparotto, da Climate Bonds, os investidores institucionais, condicionados a altas cifras, têm sido grandes alavancas da transição para uma economia mais sustentável e verde. Os bancos estão neste guarda-chuva.

Sergio Gusmano Suchodolski, presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e da ABDE (Associação Brasileira de Desenvolvimento), afirma que as instituições subnacionais de desenvolvimento, atreladas a estados ou municípios, podem

ser grandes incentivadoras da retomada verde.

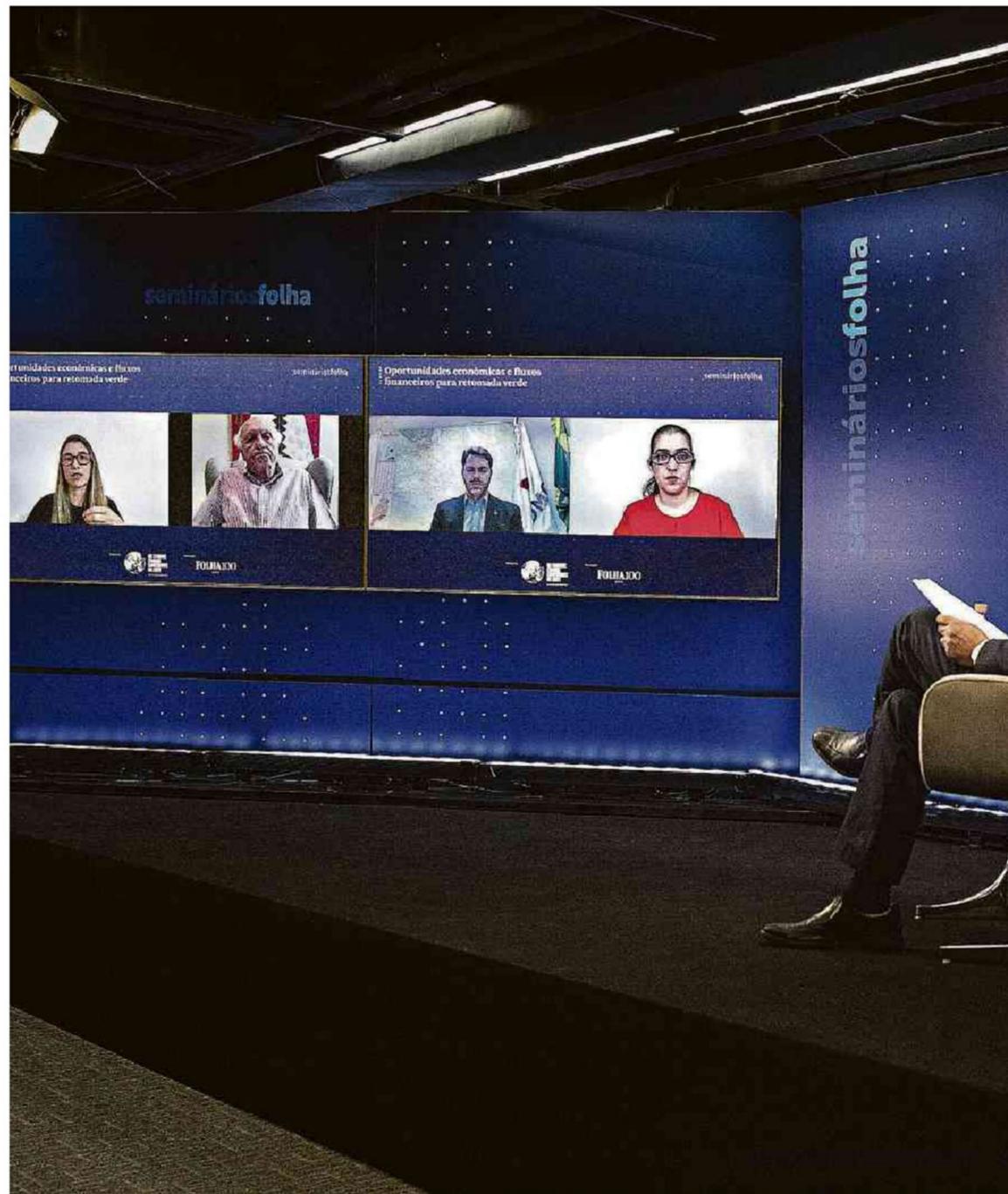
Um exemplo vem do próprio BDMG. Em 2020, a instituição, segundo conta Suchodolski, assistiu ao crescimento da sua carteira sustentável, com 58% do total desembolsado indo para esses ativos. Também foi o primeiro banco público brasileiro a emitir títulos sustentáveis (aqueles com impacto socioambiental positivo), numa operação feita pela Bolsa de Nova York em dezembro de 2020.

Nesse sentido, os investidores também são peças importantes. A diretora de ESG (sigla em inglês para governança ambiental, social e corporativa) da XP Investimentos, Marta Pinheiro, diz que há uma tentativa cada vez maior de diversificar as opções de investimentos sustentáveis, de modo que os clientes consigam construir carteiras mais saudáveis.

Indicadores como os níveis de emissão de carbono, o tipo de energia utilizada e o reaproveitamento da água já são alguns dos que servem para balizar se um investimento deve ou não ser disponibilizado para os clientes — e a tendência é de que as exigências cresçam.

“A ideia é que cada vez mais consigamos disponibilizar produtos de alta qualidade e que as carteiras dos investidores consigam migrar de um portfólio tradicional para um mais ESG”, explica.

O webinar foi mediado pelo jornalista Marcelo Leite. A gravação está disponível em folha.com/retomadaverde.



Marcelo Leite, colunista da Folha, faz a mediação do debate virtual no auditório do jornal Jardiel Carvalho/Folhapress

COP-26

O que é
Sigla, em inglês, para Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, um encontro internacional realizado desde 1992 que tem como objetivo discutir medidas para frear o aquecimento global. Nesta edição (a 26ª), o país-sede é o Reino Unido, e o evento será realizado em Glasgow, a mais populosa cidade escocesa e referência global pelo compromisso com a sustentabilidade. A conferência estava prevista inicialmente para 2020, mas, em razão da pandemia, foi adiada para novembro de 2021.

Quem participa
As decisões estão concentradas nos líderes mundiais, que devem entrar em consenso. Cresce, porém, o incentivo para que empresários, investidores, gestores públicos e movimentos sociais participem das discussões.

O que será discutido
A principal expectativa é tirar o Acordo de Paris do papel, em especial a definição das regras do novo mercado de carbono, previsto no artigo 6. Também espera-se que os governos revisem e incrementem seus compromissos de combate à crise climática.

O que é o Acordo de Paris
Assinado por 195 países em 2015, fixa o objetivo de impedir que o aquecimento global ultrapasse 2° C até 2100 (de preferência, não mais que 1,5° C). As metas são voluntárias. Este ano marca o retorno dos EUA ao acordo —no governo de Donald Trump, o país abandonou o tratado.



Marcelo Ribeiro



“É possível produzir alimentos com menor impacto ambiental, e o agronegócio é parte da solução para as emissões de carbono”

Eduardo Bastos
diretor de sustentabilidade da divisão agrícola da Bayer para América Latina

“A diminuição das emissões de carbono no mundo é um desafio coletivo, e o Brasil tem um papel enorme nisso”

Kate Hughes
diretora de Clima e Energia do Ministério de Negócios, Energia e Estratégia Industrial do Reino Unido

“Nosso dever de casa é combater todas as atividades ilegais que existem na Amazônia e implementar o Código Florestal”

Paulo Hartung
economista, presidente-executivo da Indústria Brasileira de Árvores e ex-governador do Espírito Santo

“Nossa grande vantagem no mercado de carbono está no uso do solo e na restauração e conservação das florestas”

Plínio Ribeiro
CEO da Biofilica

Comentários dos internautas

A noção de que mudanças climáticas acarretam danos calculados em bilhões já está bem mais disseminada. Agora precisam ser mais difundidas as oportunidades de investimento na economia verde-azul, com benefícios coletivos e retorno financeiro. Governos com aversão à pauta ambiental, como o nosso, precisam superar a ideia arcaica de que o meio ambiente é “inimigo do desenvolvimento”. Se não escutam cientistas e ativistas, quem sabe escutem o mercado.

Soninha Francine, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, São Paulo (SP)

O tema do seminário é, tirando a pandemia, o assunto de maior interesse global da atualidade. Todos os palestrantes tinham pleno conhecimento do assunto e expuseram o que já se está fazendo no Brasil e no mundo.

Manoel Faria Neto, 64, engenheiro mecânico, Guaratinguetá (SP)

Algumas empresas listadas na Bolsa, que possuem os índices de sustentabilidade ambiental, não respondem bem às indignações sociais. Por exemplo, as distribuidoras de energia elétrica, que atuam na infraestrutura verde ativamente com podas drásticas na arborização urbana. Como essa atividade é captada por indicadores?

Junio Luiz, 40, engenheiro ambiental, São Carlos (SP)

O Brasil tem tecnologia disponível para produzir carnes 100% sustentáveis, com zero poluição por gases de efeito estufa, agricultura com uso racional de água etc. Mas há pouco incentivo ao uso dessas tecnologias, embora muitos produtores sejam receptivos.

Erik Barroso, 21, graduando em zootecnia, Natal (RN)

O que vemos são iniciativas esparsas nas empresas para inserir a consciência ambiental. Precisamos de transformações rápidas para mitigar os efeitos já em curso das mudanças climáticas.

Lúcia Camargo, 54, microempresária, São Paulo (SP)

O segundo painel deixou bem claro que há interesse e oportunidades para o setor privado e para os brasileiros nesse caminho do mercado de carbono, mas é preciso que o governo tome atitudes em busca de protagonismo, lute contra o desmatamento ilegal e crie ferramentas que valorizem essa nova economia.

Paulo Galvão, 37, produtor de arte, São Paulo (SP)

Foi dito e eu destaque que é pensando nos riscos e prejuízos que iremos mobilizar, engajar e mudar a forma de conceber e investir em projetos. Ouvi dizer que investimentos a partir do Estado são em torno de 70%, então precisamos atingir os governos para alcançarmos os resultados esperados. Enquanto governos investirem e subsidiarem mal (caso do diesel brasileiro), não alcançaremos o resultado almejado.

João Augusti, 57, engenheiro florestal, São Paulo (SP)

Discutir sobre economias de baixo carbono e uma retomada verde junto com o desenvolvimento sustentável é de extrema importância, principalmente pela situação atual mundial. Parabéns a todos os envolvidos no seminário.

Bruna Emanuela de Oliveira, 23, estagiária de sustentabilidade, São Paulo (SP)

Mercado de crédito de carbono cria oportunidades

Brasil tem potencial para liderar a exportação e obter bilhões de dólares, afirmam debatedores

Artur Búrigo

FLORIANÓPOLIS A combinação entre conservação ambiental, restituição de áreas degradadas e o combate às atividades ilegais nas florestas é considerada o grande diferencial para o Brasil tornar-se protagonista no mercado de crédito de carbono, posição que atrairia investimentos para o país.

Essa é a opinião dos debatedores do segundo painel do webinar sobre retomada verde realizado pela **Folha**, com patrocínio da embaixada britânica no Brasil, na última terça-feira (23). Emlinhas gerais, mercado de carbono é uma forma de mitigar o aquecimento global dando a países e empresas que emitem menos carbono a possibilidade de vender títulos (os créditos de carbono) para aqueles que não conseguiram atingir suas metas de redução de emissões. Idealizado pelo Protocolo de Kyoto, em 1997, e atualizado pelo Acordo de Paris, em 2015, hoje a maioria das transações acontece no mercado interno dos países que já o regulamentaram.

Há dois tipos de mercados de carbono, o regulado e o voluntário. No primeiro, os governos definem metas de emissão de gases de efeito estufa para as empresas, e aquelas que poluírem menos que o determinado podem comercializar seus créditos que não foram consumidos. O chamado Mercado Brasileiro de Redução de Emissões ainda não foi regulamentado.

No mercado voluntário, há menos amarras na comercialização de direitos de emissão de carbono entre entes públicos e privados, inclusive de outros países, mas esses títulos não podem ser considerados para as metas do mercado regulado.

As companhias podem optar por essa modalidade para se adequarem a normas internas de poluição ou que são exigidas por investidores, por exemplo.

“São aproximadamente 50 milhões de hectares de terras degradadas no nosso país sendo utilizadas por atividades econômicas muito rudimentares. Temos um enorme potencial nas nossas mãos”, disse Paulo Hartung, presidente-executivo da Indústria Brasileira de Árvores e ex-governador do Espírito Santo.

Ele lembrou que o país se comprometeu, ainda no Acordo de Paris, a recuperar 12 milhões de hectares até 2030, área que corresponde a cerca de metade do tamanho do estado de São Paulo.

“Nosso dever de casa é combater todas as atividades ilegais que existem na Amazônia e implementar o Código Florestal. Precisamos focar naquilo que transfere o enorme potencial do país em grandes oportunidades”, afirmou Hartung.

A regulamentação do artigo 6 do Acordo de Paris, que trata sobre as transações no mercado regulado de carbono entre os países signatários, é esperada para ser definida na COP-26 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), que

acontecerá em Glasgow, na Escócia, no mês de novembro. Um acordo sobre esse artigo pode permitir oficialmente o comércio de créditos entre os países.

Plínio Ribeiro, CEO da Biofilica, empresa especializada na conservação de florestas, afirma que o Brasil tem grande potencial para se beneficiar da exportação de créditos de carbono e para isso precisa aumentar sua produtividade agrícola, restituir as áreas degradadas e conservar as florestas.

“Transformar milhões de hectares de pastagens degradadas com uma agricultura que absorve carbono aumenta muito a oferta. O Brasil pode ganhar bilhões de dólares com isso. Entender que custa muito dinheiro para manter uma floresta em pé também pode se transformar em uma solução que podemos vender para o mundo”, disse Ribeiro.

Para Kate Hughes, diretora de clima e energia do Ministério de Negócios, Energia e Estratégia Industrial do Reino Unido, o Brasil tem um papel central na estratégia de redução das emissões de carbono, que deve ser pensada em conjunto pelos países.

“É um desafio coletivo, precisamos trabalhar em grupo para resolver essas questões, também em contato com o governo federal e os atores subnacionais”, afirmou Hughes.

O Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono), do governo federal, foi citado pelos debatedores como outro exemplo de medida a ser incentivada e ampliada no país. A iniciativa foi lançada durante a COP-15, em 2009, e é uma linha de crédito rural para financiamento de projetos que reduzem a emissão dos gases de efeito estufa.

As taxas de juros dessa modalidade são de 4,5% e 6%. Em alguns casos, há até oito anos de carência para o pagamento do empréstimo.

Como lembrou Eduardo Bastos, diretor de sustentabilidade da divisão agrícola da Bayer para América Latina, o orçamento do programa é irrisório dentro do Plano Safra, que tem R\$ 236 bilhões disponibilizados para o ano agrícola 2020-2021. O Plano ABC conta com apenas R\$ 2,5 bilhões desse total.

Para ele, a transição para uma agricultura de baixo carbono no país passa por um Plano ABC mais robusto.

“Com mais oportunidades de investimento, o produtor passaria a pensar em uma propriedade integrada neutra em carbono. Dificilmente a cultura de um produto único será carbono neutro, mas uma propriedade pode ser”, disse Bastos.

Um estudo realizado por pesquisadores da UFG (Universidade Federal de Goiás) constatou, por meio de imagens de satélite, que a área com pastagens degradadas severamente diminuiu de 34,3% para 25,2% de 2010 a 2018 nos locais que adotaram o Plano ABC.

O webinar foi mediado por Marcelo Leite, colunista da **Folha**. A íntegra do vídeo com os debates do webinar está disponível em [folha.com.br/retomadaverde](https://www.folha.com.br/retomadaverde).

Felipe Denuzzo



Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro



Felipe Denuzzo

Marcelo Ribeiro

